



**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

## **PREGÃO ELETRÔNICO 04/2026**

**Prefeitura Municipal de Bodoquena**

**OBJETO:** REGISTRO DOS MENORES PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, COM COBERTURA CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS A TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, VISANDO ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BODOQUENA-MS

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 220.168,44**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 27/03/2025 às 09h00min (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço Global

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP:** NÃO

Código registro TCE: EECF31F8BC9391E7BD0E28CBB9EDBF09ADB3B3DF





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

**Processo Administrativo nº 13/2026**

Torna-se público que o Município de Bodoquena, por meio do Departamento Especial de Compras, Licitações e Contratos, sediada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, Nº 1020, bairro Bandeira II, na cidade de Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o Decreto nº 08, de 2 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sítio Eletrônico: <http://comprasnet.gov.br/>

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro dos menores preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, com cobertura contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros e assistência 24 horas, visando atender à frota de veículos oficiais das secretarias municipais de Bodoquena-ms.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 41 (quarenta e um) itens, conforme tabela constante no termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**DO REGISTRO DE PREÇOS**

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

1.4. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema ComprasNet (<http://comprasnet.gov.br/>).

1.4.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

1.9. Não poderão disputar esta licitação:

1.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 1.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 1.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 1.9.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 1.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 1.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.10. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 1.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 1.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 1.13. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 1.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1.15. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1.16. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

1.17. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.18. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.18.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.18.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

1.18.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

1.18.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.19. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.20. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.20.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 1.20.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 1.21. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 1.22. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 1.23. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 1.24. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 1.25. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 1.25.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 1.25.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 1.26. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 1.27. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 1.28. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.29. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

1.30. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.30.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

1.30.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

1.31. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.32. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.33. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.34. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.36. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.37. O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.38. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

1.39. Considerando que o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

1.40. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

1.41. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.42. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.43. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

1.44. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

1.45. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

1.45.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

1.45.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

1.46. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

1.47. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.48. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 1.49. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 1.50. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao ultimo por ele ofertado e registrado no sistema.
- 1.51. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10,00 (dez reais).
- 1.52. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 1.52.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.52.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.52.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 1.53. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.54. Poderá o Agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 1.55. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de contratação.
- 1.56. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 1.57. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.58. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

1.59. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no site (<http://comprasnet.gov.br/>), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.60. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.61. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

1.61.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

1.61.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

1.61.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.61.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.61.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.61.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.61.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.62. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

1.63. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.63.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.63.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

1.63.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.63.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.64. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.64.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.64.2. empresas brasileiras;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.64.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.64.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 1.65. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 1.66. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 1.66.1. Por se tratar de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 1.66.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 1.66.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.66.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 1.67. O Agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.67.1. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.68. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

### **DA FASE DE JULGAMENTO**

1.69. Encerrada a etapa de negociação, o Agente da contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.69.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.69.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.69.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

1.69.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.70. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente da contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 4.5 deste edital.

1.71. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente da contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

1.72. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.72.1. conter vícios insanáveis;

1.72.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.72.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.72.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.72.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.72.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente da contratação, que comprove:





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.72.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

1.72.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**DA FASE DE HABILITAÇÃO**

1.73. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.74. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

1.75. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou aqueles que se comprovem através do SICAF.

1.76. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

1.77. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.78. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

1.79. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**1.80. Habilitação jurídica:**

1.80.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.80.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1.80.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

1.80.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.80.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.80.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

1.80.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**1.81. Regularidade fiscal e trabalhista:**

1.81.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.81.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.81.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.81.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.81.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.81.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (ISS) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

1.81.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.81.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.81.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Municipal.

**1.82. Qualificação Econômico-Financeira.**

1.83. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

1.84. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

1.85. Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.86. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

1.87. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**1.88. Documento referente à qualificação técnica:**

1.89. Para fins de habilitação técnica, e em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter executado, de forma satisfatória, serviços de seguro veicular com características, quantidades e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação.

O atestado deverá conter, no mínimo:

- Identificação do emitente, com CNPJ e assinatura de responsável legal;
- Descrição detalhada dos serviços prestados (seguro veicular total, incluindo cobertura abrangente, RCF-V e assistência 24h);
- Período de execução e resultados obtidos;
- Comprovação de que o serviço foi executado em condições satisfatórias, sem registro de inadimplemento ou penalidades contratuais.

1.90. Serão aceitos atestados emitidos por entes públicos ou privados, desde que comprovem experiência compatível com o porte e a complexidade da frota segurada. O atestado deverá estar acompanhado da certidão ou declaração do responsável técnico da contratante (quando se tratar de órgão público), podendo ser exigida verificação de autenticidade junto ao emitente.

**Disposições gerais sobre habilitação:**

1.91. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1.92. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.93. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.94. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.95. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

1.96. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

1.96.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

1.96.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

1.97. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

1.97.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

1.98. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

1.98.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1.99. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

1.100. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

1.101. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1.102. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.103. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.104. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

1.105. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

1.106. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.107. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**DOS RECURSOS**

1.108. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.109. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 1.110. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 1.110.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 1.110.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 1.110.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 1.111. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 1.112. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 1.113. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 1.114. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 1.115. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 1.116. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 1.117. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://transparencia.betha.cloud/>)

**DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 1.118. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 1.118.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;
- 1.118.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 1.118.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 1.118.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 1.118.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 1.118.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 1.118.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 1.118.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.118.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 1.118.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 1.118.5. fraudar a licitação
- 1.118.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 1.118.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 1.118.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 1.118.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 1.118.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 1.118.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 1.119. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 1.119.1. advertência;
  - 1.119.2. multa;
  - 1.119.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 1.119.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.120. Na aplicação das sanções serão considerados:





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.120.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 1.120.2. as peculiaridades do caso concreto
- 1.120.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 1.120.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 1.120.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.121. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 1.121.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 1.121.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 1.122. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 1.123. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 1.124. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 1.125. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 1.126. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

1.127. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.128. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.129. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.130. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.131. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**DO REAJUSTE**

1.132. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

1.133. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.134. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.135. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1.136. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.137. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.138. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.139. O reajuste será realizado por apostilamento.

**DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

1.140. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.141. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.142. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://comprasnet.gov.br/> ou [licitacao@bodoquena.ms.gov.br](mailto:licitacao@bodoquena.ms.gov.br).

1.143. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.143.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.144. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.145. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

1.146. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente da contratação.

1.147. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 1.148. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 1.149. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 1.150. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 1.151. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 1.152. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 1.153. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/>.
- 1.154. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 1.154.1. ANEXO I - Termo de Referência
    - 1.154.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 1.154.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
  - 1.154.3. ANEXO III – Minuta do Contrato

Bodoquena/MS, 12 de março de 2026.

**Gerson Araujo dos Santos**  
**Secretário Geral de Governo e Gestão**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. REGISTRO DOS MENORES PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, COM COBERTURA CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS A TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, VISANDO ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BODOQUENA-MS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS DA LEI Nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO AGRAL 14000 ANO 2022 PLACA RWB7J47- CHASSI: 9BYC78A2ANC000560	6.930,53
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2018/18 PLACA: HSU8835 CHASSI: 9BM979026JB109094	7.296,38
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VW/24.280 CRM 6X2 2019/20 PLACA: QAB6011 CHASSI: 953658248LR004559	7.839,11
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VOLKSVAGEM 24.280 2021/22 PLACA: RWB5F24 CHASSI: 953658249NR051148	7.921,43
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR ESTRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.4 FLEX ANO 2022 MOD 22 PLACA: RWD2G91 CHASSI: 9BD281A2DNYX59773	2.611,63
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2021	6.998,30





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	PLACA: REW5C84 CHASSI: 9BM97026MB211711	
7	Contratação de seguro Iveco/Masca GRAN Micro 13.0, Placa RWI 4C38 Ano Fab 2023, Ano Mod. 2024, Cor Branco, Chassi 93ZK61BDZR8701806	6.984,41
8	Contratação de seguro RENAULT/MASTER PL3 CM A, Placa SMF3F26 Ano Fáb. 2024, Ano Mod. 2025, Cor Branca, Chassi 93YF62005SJ176477	6.695,73
9	Contratação de seguro veicular Fiat Argo Trekking 1.3, placa RWI 4H96, Ano Fab.2023 Ano Mod.2023, Cor Branca, Chassi 9BD358AGZPYM77403	2.608,42
10	Contratação de seguro veicular Fiat Cronos 1.3, Placa: RWD 9A96 Ano Fab. 2022, Ano Mod. 2022, Cor Prata, Chassi 8AP359ACDNU208574	2.338,02
11	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT TORO AT9 4X4, PLACA: REY5E20 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 9882261RHNKE11083	3.510,48
12	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT/ SIENA ESSENCE 1.6, PLACA: HSU8I29 ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2016, COR BRAN- CA, CHASSI: 9BD19716TG328479	2.380,08
13	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MARCOPOLLO/ VOLARE V8L ON, PLACA: SMA0E63 ANO FAB. 2023 ANO MOD. 2024, COR BRANCA, CHASSI: 93PB43A32RC099518	7.484,87
14	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO 314 STR, PLACA: RWA7D68 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907633NE205290	5.345,21
15	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO 416 CDI, PLACA: RWB1F03 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907645NE208303	5.330,98
16	Contratação de seguro veicular Renault/Master Tca (Van) 5.5, placa RWG5A69, ano 2022, Ano Mod. 2023, Cor Branco, Chassi 93YF62003PJ516037	3.933,05
17	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: RE- NAULT/SANDERO SZE 16MT ANO:2021/MODELO:2022 PLA- CA:REZ-6B80 CHASSI:93Y5SRZHGNJ975190 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.449,13





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

18	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020 ANO:2021 PLACA:QAP-0A87 CHASSI9532M52P8MR117293 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	6.250,47
19	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020/MODELO:2021 PLACA:QAB-8B20 CHASSI: 9532M5PMR115896 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	6.260,47
20	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D15 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF6TR009402	7.529,85
21	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D68 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF7TR008145	7.529,85
22	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : FIAT/STRADA ENDURANCE CS MODELO:2022 / PLACA RWD3F73 -	2.628,59
23	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : VW/NOVO VOYAGE 1.6 MODELO:2014/ANO FAB 2013 PLACA: NRZ4A12 RENAVAM: 00593594428	2.739,25
24	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: AGRALE MODELO: MICRO MA100 NEOBUS TPLUS ANO: 2009 / MODELO: 2009 PLACA: HSU-4372 CHASSI: 9BYC552A1A9C000148 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 27P	6.235,60
25	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECONOMY ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: HSH-0954 CHASSI: 9BD15844AB6554403 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.150,48
26	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FORD MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: NRZ-3F94 CHASSI: 9BFZF54P5E8005865 COMBUSTÍVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.366,97
27	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: IVECO MODELO: MICRO-ONIBUS CITY CLASS 70C17 ANO: 2015 / MODELO: 2016 PLACA: HSU-8831 CHASSI: 93ZL68C01G8467348 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 22P -	6.143,66
28	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1756 CHASSI:	6.644,30





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	93PB51G1MCC040604 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	
29	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO-ONIBUS VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: NRZ-3F61 CHASSI: 93PB58M1MDC045166 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P	6.734,83
30	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: VOLARE V8L ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1757 CHASSI: 93PB51G1MCC040605 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	6.460,34
31	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8699 CHASSI: 9BM384069FB009267 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P	8.026,14
32	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8698 CHASSI: 9BM384069FB009523 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P	8.077,15
33	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2012 / MODELO: 2013 PLACA: NRZ-3I34 CHASSI: 9BM384069DB887434 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P	7.094,25
34	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2014 / MODELO: 2014 PLACA: OOM-6J08 CHASSI: 9BM384069EB951625 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P -	8.602,07
35	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2017 / MODELO: 2017 PLACA: QAB-5061 CHASSI: 9BM384069HB064829 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 56P	7.989,14
36	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW 15.190 EOD ESCOLAR HD ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8G97 CHASSI: 9532E82W8FR519940 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 48P	7.042,57
37	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VW: VW/ 9.150E CUMMINS ANO: 2008 / MODELO: 2009 PLACA: GXA-8G37 COMBUSTÍVEL: 9BWGA62R69R905464 CAPACIDADE 03P -	4.953,08
38	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FIAT CRONOS, ANO: 2023 / MODELO: 2022 PLACA RWC-5A68	2.639,95







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

	CHASSI:8AP359AFDNU198629 COMBUTIVEL: FLEX -	
39	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS: , PLACA: RWH0H10, ANO.2023 MOD. 2023 CHASSI: 9BD281A2DPYY50263	2.644,45
40	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: FIAT SIENA , PLACA: NRZ3595, ANO.2013 MOD. 2014 CHASSI: 9DB372171E4036565 -	2.353,74
41	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: RE-NAULT/LOGAN ZEN10MT, PLACA: RWG-5A71, ANO.2022 MOD. 2023CHASSI: 93Y4SRT55PJ328671	2.413,27

**1.2.** O objeto a ser ofertado pelas licitantes deve observar especificação inserida na tabela acima e também as seguintes características;

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021;

**1.4.** A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

**1.5.** O contrato ou documento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O Objeto desta contratação será inserido no Plano Anual de Contratações que esta sendo elaborado.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** Os itens que serão adquiridos possuem a seguinte descrição técnica:

ITEM	DESCRIÇÃO
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO AGRALE 14000 ANO 2022





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

1	PLACA RWB7J47- CHASSI: 9BYC78A2ANC000560
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2018/18 PLACA: HSU8835 CHASSI: 9BM979026JB109094
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VW/24.280 CRM 6X2 2019/20 PLACA: QAB6011 CHASSI: 953658248LR004559
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VOLKSVAGEM 24.280 2021/22 PLACA: RWB5F24 CHASSI: 953658249NR051148
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR ESTRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.4 FLEX ANO 2022 MOD 22 PLACA: RWD2G91 CHASSI: 9BD281A2DNYX59773
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2021 PLACA: REW5C84 CHASSI: 9BM97026MB211711
7	Contratação de seguro Iveco/Masca GRAN Micro 13.0, Placa RWI 4C38 Ano Fab 2023, Ano Mod. 2024, Cor Branco, Chassi 93ZK61BDZR8701806
8	Contratação de seguro RENAULT/MASTER PL3 CM A, Placa SMF3F26 Ano Fáb. 2024, Ano Mod. 2025, Cor Branca, Chassi 93YF62005SJ176477
9	Contratação de seguro veicular Fiat Argo Trekking 1.3, placa RWI 4H96, Ano Fab.2023 Ano Mod.2023, Cor Branca, Chassi 9BD358AGZPYM77403
10	Contratação de seguro veicular Fiat Cronos 1.3, Placa: RWD 9A96 Ano Fab. 2022, Ano Mod. 2022, Cor Prata, Chassi 8AP359ACDNU208574
11	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT TORO AT9 4X4, PLACA: REY5E20 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 9882261RHNKE11083
12	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT/ SIENA ESSENCE 1.6, PLACA: HSU8I29 ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2016, COR BRANCA, CHASSI: 9BD19716TG328479
13	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MARCOPOLLO/ VOLARE V8L ON, PLACA: SMA0E63 ANO FAB. 2023 ANO MOD. 2024, COR BRANCA, CHASSI: 93PB43A32RC099518
14	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO 314 STR, PLACA: RWA7D68 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907633NE205290
15	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	416 CDI, PLACA: RWB1F03 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907645NE208303
16	Contratação de seguro veicular Renault/Master Tca (Van) 5.5, placa RWG5A69, ano 2022, Ano Mod. 2023, Cor Branco, Chassi 93YF62003PJ516037
17	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: RENAULT/SANDERO SZE 16MT ANO:2021/MODELO:2022 PLACA:REZ-6B80 CHASSI:93Y5SRZHGNJ975190 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P
18	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020 ANO:2021 PLACA:QAP-0A87 CHASSI:9532M52P8MR117293 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P
19	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020/MODELO:2021 PLACA:QAB-8B20 CHASSI: 9532M5PMR115896 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P
20	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D15 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF6TR009402
21	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D68 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF7TR008145
22	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : FIAT/STRADA ENDURANCE CS MODELO:2022 / PLACA RWD3F73 -
23	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : VW/NOVO VOYAGE 1.6 MODELO:2014/ANO FAB 2013 PLACA: NRZ4A12 RENAVAL: 00593594428
24	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: AGRALE MODELO: MICRO MA100 NEOBUS TPLUS ANO: 2009 / MODELO: 2009 PLACA: HSU-4372 CHASSI: 9BYC552A1A9C000148 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 27P
25	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECONOMY ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: HSH-0954 CHASSI: 9BD15844AB6554403 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P
26	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FORD MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: NRZ-3F94 CHASSI: 9BFZF54P5E8005865 COMBUSTÍVEL: FLEX CAPACIDADE 05P
27	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: IVECO MODELO: MICRO-ONIBUS CITY CLASS 70C17 ANO: 2015 / MODELO: 2016 PLACA: HSU-8831 CHASSI: 93ZL68C01G8467348 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 22P -
28	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1756





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	CHASSI: 93PB51G1MCC040604 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -
29	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLLO MODELO: MICRO-ONIBUS VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: NRZ-3F61 CHASSI: 93PB58M1MDC045166 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P
30	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLLO MODELO: VOLARE V8L ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1757 CHASSI: 93PB51G1MCC040605 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -
31	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8699 CHASSI: 9BM384069FB009267 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P
32	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8698 CHASSI: 9BM384069FB009523 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P
33	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2012 / MODELO: 2013 PLACA: NRZ-3I34 CHASSI: 9BM384069DB887434 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P
34	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2014 / MODELO: 2014 PLACA: OOM-6J08 CHASSI: 9BM384069EB951625 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P -
35	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2017 / MODELO: 2017 PLACA: QAB-5061 CHASSI: 9BM384069HB064829 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 56P
36	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW 15.190 EOD ESCOLAR HD ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8G97 CHASSI: 9532E82W8FR519940 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 48P
37	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VW: VW/ 9.150E CUMMINS ANO: 2008 / MODELO: 2009 PLACA: GXA-8G37 COMBUSTÍVEL: 9BWGA62R69R905464 CAPACIDADE 03P -
38	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA:FIATCRONOS, ANO:2023/ MODELO:2022 PLACA RWC-5A68 CHASSI:8AP359AFDNU198629 COMBUTIVEL: FLEX -
39	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS: , PLACA: RWH0H10, ANO.2023 MOD. 2023 CHASSI: 9BD281A2DPYY50263
40	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: FIAT SIENA , PLACA: NRZ3595, ANO.2013 MOD. 2014 CHASSI: 9DB372171E4036565 -





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

41	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: RENAULT/LOGAN ZEN10MT, PLACA: RWG-5A71, ANO.2022 MOD. 2023CHASSI: 93Y4SRT55PJ328671
----	---

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1 EXIGÊNCIA DE AMOSTRA.**

Não será exigida amostra.

##### **4.2 SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia contratual.

##### **4.4. VISITA TÉCNICA**

Não será exigida.

##### **4.5 SUSTENTABILIDADE**

A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na **Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010** e no **Decreto nº 7.746/2012**, da Casa Civil da Presidência da República.

A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, observando os seguintes critérios:

- a) **Minimização de Impactos:** Reduzir ao máximo o impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) **Preferência por Materiais Locais:** Dar preferência a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) **Eficiência no Uso de Recursos:** Maximizar a eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) **Geração de Emprego:** Promover a maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) **Durabilidade e Manutenção:** Buscar a maior vida útil e o menor custo de manutenção dos bens envolvidos;
- f) **Inovação Sustentável:** Utilizar inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- g) **Origem Regular dos Recursos:** Garantir a origem ambientalmente regular dos recursos





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

naturais utilizados nos bens e serviços;

h) **Direitos Trabalhistas e Segurança:** Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

i) **Gestão de Emergências:** Administrar situações emergenciais e acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

j) **Conformidade Legal:** Conduzir suas ações em estrita conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, incluindo a legislação ambiental para prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos;

k) **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):** Disponibilizar EPIs, quando aplicável, de modo confortável, seguro e adequado às condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

l) **Orientação e Prevenção:** Orientar seus funcionários sobre o cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, incluindo a prevenção de incêndios nas áreas de prestação de serviço, zelando pela segurança e saúde dos usuários;

m) **Gestão de Resíduos:** Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes à gestão de resíduos sólidos.

A presente exigência visa atender aos dispositivos normativos supracitados, bem como a demais normativos sobre critérios de sustentabilidade socioambiental. Seu objetivo é estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio do treinamento de seus colaboradores e da conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, assegurando o cumprimento das ações previstas neste Termo de Referência. Tais práticas se estenderão por toda a gestão contratual, refletindo a responsabilidade da Administração Pública no desempenho de seu papel de consumidor consciente e na promoção da responsabilidade ambiental e socioambiental compartilhada entre as partes.

#### **4.6 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: após a assinatura do contrato e o recebimento da Autorização de Fornecimento, a Contratada deverá providenciar a **emissão**







## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

**das apólices de seguro veicular** contemplando os veículos da frota municipal participantes deste processo descritos no Termo de Referência, observando rigorosamente as coberturas obrigatórias especificadas.

**5.1.2. Prazo para Entrega:** O prazo máximo para entrega das apólices é de **10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

**5.1.3. Prazo para Regularização:** Em caso de necessidade de substituição, correção ou complementação de apólices, o prazo para regularização será de **até 03 (três) dias úteis**, contados da notificação formal pela Administração.

**5.1.3.** As apólices deverão ser entregues **conforme solicitação de cada secretária participante**, acompanhadas de toda a documentação comprobatória da vigência, incluindo:

- Certificados individuais de seguro; e
- Respectivas condições gerais.

**5.1.4.** A vigência das apólices deverá ter início imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento e a comprovação do pagamento da primeira parcela (quando aplicável), de modo a **não haver interrupção de cobertura** entre as apólices anteriores e as novas contratações.

**5.1.5.** A Contratada deverá garantir que os seguros sejam emitidos em **conformidade integral com as condições pactuadas** e observando as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**5.1.6.** Em caso de necessidade de substituição, correção ou complementação de apólices, o prazo para a regularização será de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação formal da administração.

## **5.2 LOCAL DE ENTREGA E HORA**

**5.2.1.** As apólices e documentos correlatos deverão ser entregues no **setor de compras de cada secretária, horário (das 07h00 às 13h00), ou alternativamente, encaminhado em formato digital ao e-mail institucional, que será informado posteriormente, garantindo a integridade e autenticidade dos documentos.**

**5.2.2.** Caso a entrega das apólices não possa ser realizada na data assinalada, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões justificadoras com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, para análise e eventual deferimento de prorrogação de prazo, conforme previsão legal, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.







## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

5.2.3. Os serviços de assistência 24 horas, cobertura de sinistros e atendimento a ocorrências deverão estar disponíveis **ininterruptamente** (24 horas por dia, 7 dias por semana) durante toda a vigência contratual. A Contratada deverá manter **canal direto de atendimento** e procedimentos claros de comunicação de sinistros e acionamento de serviços de emergência.

5.2.4. A Contratada deverá assegurar **atendimento técnico permanente**, por meio de central própria ou credenciada, capaz de oferecer suporte e esclarecimentos à Administração Municipal sobre sinistros, vistorias, indenizações e demais trâmites relacionados à execução do contrato.

### 5.3 DAS COBERTURAS NECESSÁRIAS

5.3.1. As apólices de seguro a serem contratadas deverão contemplar **cobertura total (compreensiva)** e **assistência 24 horas**, abrangendo os veículos participantes deste processo do Município de Bodoquena/MS, conforme as solicitações de compras anexa ao processo, garantindo proteção integral contra os riscos inerentes ao uso de veículos oficiais.

5.3.2. As coberturas deverão observar rigorosamente as condições e **limites mínimos estabelecidos abaixo**, os quais constituem requisitos obrigatórios para a execução contratual:

#### a) Cobertura de Casco Total (Compreensiva):

- Cobertura contra colisão, capotamento, abalroamento, incêndio, roubo e/ou furto total ou parcial;
- Indenização integral correspondente a **110% (cento e dez por cento)** do valor de mercado do veículo, conforme Tabela FIPE vigente no mês de pagamento da indenização e região de taxação do risco;
- O valor da cobertura deverá ter como base o valor de mercado referenciado, de acordo com o modelo e ano de fabricação do veículo segurado;
- Ausência de carência para início de vigência das coberturas.

#### b) Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos a Terceiros):

- **Danos Materiais:** cobertura mínima de **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais);
- **Danos Corporais:** cobertura mínima de **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais);
- **Danos Morais:** cobertura mínima de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais).

#### c) Cobertura de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- **Morte Acidental:** cobertura mínima de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) por passageiro;
- **Invalidez Permanente por Acidente:** cobertura mínima de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) por passageiro.

**d) Cobertura de Responsabilidade Civil de Operações – RCO (Ramo 0628):**

- Danos corporais e/ou materiais causados aos passageiros transportados, com cobertura mínima de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais) por evento/sinistro, para ônibus, micro-ônibus e vans.

**e) Cobertura de Vidros e Itens Acessórios:**

- Cobertura total sem custo de franquia para pára-brisas, vidros laterais e traseiros, faróis, lanternas e retrovisores, incluindo substituição e reparo, quando aplicável.

**f) Cobertura de Assistência 24 Horas:**

Deverão estar incluídos, **sem limitação de quilometragem**, os seguintes serviços:

- Guincho/reboque;
- Serviço de chaveiro automotivo;
- Pane seca (fornecimento emergencial de combustível);
- Troca de pneus;
- Carga de bateria;
- Serviço de táxi ilimitado até o destino ou residência;
- Assistência mecânica e elétrica emergencial;
- Disponibilização de veículo reserva por tempo indeterminado até a conclusão do conserto, sempre que o valor dos reparos atingir o valor da franquia.
- Será exigido a cobertura de carro reserva para os veículos de transporte de passageiros até 7 (sete) lugares, incluindo o motorista.

**g) Condições Especiais:**

- A vigência da cobertura deverá ter início após à assinatura do contrato ou ao recebimento da Autorização de Fornecimento;
- Todas as apólices deverão permitir a inclusão de condutores devidamente autorizados pela Administração, sem limitação de idade ou tempo de habilitação;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- A Contratada deverá manter canal de atendimento 24 horas para comunicação de sinistros, vistorias e suporte operacional;
- A assistência técnica e operacional deverá estar disponível de forma contínua durante toda a vigência contratual.

**h) Classificação por Categoria de Veículo solicitações de compras das secretárias:**

<b>Categoria</b>	<b>Tipo de Cobertura Aplicável</b>
Veículos leves (automóveis, sedãs, Utilitários leves)	Casco Total (110% FIPE) + RCF-V+ APP+ Assistência 24h + Vidros + Carro reserva
Veículos de transporte de passageiros (micro-ônibus, vans, kombis)	Casco Total (110% FIPE) + RCF –V + APP+ RCO (R\$ 1 milhão) + Assistência 24h
Veículos de transporte de carga e Serviços (pick –ups e caminhões)	Casco Total (110% FIPE) + RCF-V + APP + Assistência 24h + Guincho ilimitado

5.3.3. As coberturas aqui descritas são **obrigatórias e mínimas**, podendo ser ampliadas pela licitante, desde que não impliquem ônus adicional à Administração e mantenham conformidade com as normas da SUSEP e da Lei nº 14.133/2021.

5.3.4. As seguradoras proponentes deverão comprovar:

- a) regularidade e autorização de funcionamento expedida pela SUSEP;
- b) capacidade econômico-financeira e índice de solvência adequado ao volume de risco contratado, mediante apresentação dos comprovantes exigidos na fase de habilitação.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá, a seu critério, convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**FISCALIZAÇÃO:**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em cumprimento ao disposto no art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme estabelecido no art. 117, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**GESTOR DO CONTRATO**

- 6.13. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato (fiscal técnico ou fiscal administrativo, a depender da natureza da obrigação) atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**7.1. DO RECEBIMENTO**

O recebimento do objeto contratual será realizado em duas etapas, conforme disposto nos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021, observando os seguintes prazos e responsabilidades:

**a) Recebimento Provisório:**

Será efetuado pelo fiscal do contrato no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal e dos demais documentos obrigatórios, mediante a lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

**b) Recebimento Definitivo:**

Será realizado pelo gestor do contrato ou por equipe por ele designada no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório ou a conclusão das correções eventualmente determinadas, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Durante o recebimento provisório, caberá à fiscalização verificar a **conformidade integral** dos serviços com as especificações contratuais, podendo rejeitar, total ou parcialmente, o objeto quando constatadas irregularidades, falhas ou não conformidades.

A Contratada ficará obrigada a **reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas**, total ou parcialmente, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções provenientes da execução ou dos materiais utilizados. Fica vedado o atestado da última ou única medição até que todas as pendências sejam devidamente sanadas.

O recebimento provisório também ficará condicionado, quando aplicável, à **realização de testes de campo** e à **entrega dos manuais, certificados e instruções** exigidos no contrato.

Em caso de divergência quanto à execução, qualidade ou quantidade dos serviços, será observado o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, procedendo-se à liquidação **apenas da parcela incontroversa** até a solução definitiva da controvérsia.

**Nenhum prazo de recebimento será computado** enquanto houver pendências não regularizadas pela Contratada ou inconsistências na documentação fiscal apresentada.

O recebimento provisório ou definitivo **não exige a Contratada** de suas responsabilidades civis, ético-profissionais e contratuais pela solidez, segurança e qualidade dos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

**7.2 DA LIQUIDAÇÃO**

**Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.**





## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

### Elementos Obrigatórios para Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os seguintes elementos essenciais:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Caso haja erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras necessárias. O prazo reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, **sem ônus para a Contratante**.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada do relatório de atividades (quando se tratar de prestação de serviços) e das seguintes certidões:

- a) **Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e a Seguridade Social:** Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com efeitos de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (INSS);
- b) **Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual:** Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com efeitos de negativa) de Tributos Estaduais, emitida pelo órgão competente da localidade do domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da lei;
- c) **Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal:** Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com efeitos de negativa) de Tributos Municipais, emitida pelo órgão competente da localidade do domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da lei;
- d) **Prova de Regularidade com o FGTS:** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) **Prova de Regularidade Trabalhista:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 7.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Em caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante a aplicação do índice **IPCA** para correção monetária.

#### **7.4. DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado **em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas**, mediante **ordem bancária** emitida em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente previamente informados, após o **atesto da nota fiscal/fatura** pelo fiscal do contrato.

Será considerada como **data de pagamento** o dia em que constar a **emissão da ordem bancária** pela Administração.

Quando do pagamento, serão efetuadas as **retenções tributárias previstas na legislação aplicável**, independentemente dos percentuais eventualmente informados na planilha de custos e formação de preços. Os percentuais de retenção observarão rigorosamente a **legislação federal, estadual e municipal vigente** à época da liquidação.

A contratada que seja **optante pelo Simples Nacional**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, ficará **dispensada da retenção tributária** quanto aos tributos abrangidos por aquele regime, desde que **apresente comprovação oficial atualizada** de sua condição, mediante declaração emitida nos termos da referida legislação.

O pagamento das parcelas ficará condicionado à **regular execução dos serviços, à vigência das apólices e à comprovação da manutenção das coberturas securitárias contratadas**, sob pena de suspensão de novas liberações até a devida regularização.

### **8. ESTIMATIVA DO VALOR**

8.1. Os preços unitários, foram obtidos pela média de preços com base na pesquisa realizada pela Divisão de Compras, utilizando-se de diversas fontes conforme determina a Legislação vigentes.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO AGRAL 14000 ANO 2022 PLACA RWB7J47- CHASSI: 9BYC78A2ANC000560	6.930,53
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM	7.296,38





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2018/18 PLACA: HSU8835 CHASSI: 9BM979026JB109094	
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VW/24.280 CRM 6X2 2019/20 PLACA: QAB6011 CHASSI: 953658248LR004559	7.839,11
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VOLKSVAGEM 24.280 2021/22 PLACA: RWB5F24 CHASSI: 953658249NR051148	7.921,43
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR ESTRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.4 FLEX ANO 2022 MOD 22 PLACA: RWD2G91 CHASSI: 9BD281A2DNYX59773	2.611,63
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2021 PLACA: REW5C84 CHASSI: 9BM97026MB211711	6.998,30
7	Contratação de seguro Iveco/Masca GRAN Micro 13.0, Placa RWI4C38 Ano Fab 2023, Ano Mod. 2024, Cor Branco, Chassi 93ZK61BDZR8701806	6.984,41
8	Contratação de seguro RENAULT/MASTER PL3 CM A, Placa SMF3F26 Ano Fáb. 2024, Ano Mod. 2025, Cor Branca, Chassi 93YF62005SJ176477	6.695,73
9	Contratação de seguro veicular Fiat Argo Trekking 1.3, placa RWI4H96, Ano Fab.2023 Ano Mod.2023, Cor Branca, Chassi 9BD358AGZPYM77403	2.608,42
10	Contratação de seguro veicular Fiat Cronos 1.3, Placa: RWD 9A96 Ano Fab. 2022, Ano Mod. 2022, Cor Prata, Chassi 8AP359ACDNU208574	2.338,02
11	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT TORO AT9 4X4, PLACA: REY5E20 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 9882261RHNKE11083	3.510,48
12	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT/ SIENA ESSENCE 1.6, PLACA: HSU8I29 ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2016, COR BRANCA, CHASSI: 9BD19716TG328479	2.380,08





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

13	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MARCOPO- LO/ VOLARE V8L ON, PLACA: SMA0E63 ANO FAB. 2023 ANO MOD. 2024, COR BRANCA, CHASSI: 93PB43A32RC099518	7.484,87
14	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO 314 STR, PLACA: RWA7D68 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907633NE205290	5.345,21
15	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZ SPRINTER FURGÃO 416 CDI, PLACA: RWB1F03 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907645NE208303	5.330,98
16	Contratação de seguro veicular Renault/Master Tca (Van) 5.5, placa RWG5A69, ano 2022, Ano Mod. 2023, Cor Branco, Chassi 93YF62003PJ516037	3.933,05
17	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: RE- NAULT/SANDERO SZE 16MT ANO:2021/MODELO:2022 PLA- CA:REZ-6B80 CHASSI:93Y5SRZHGNJ975190 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.449,13
18	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCO- LAR ANO:2020 ANO:2021 PLACA:QAP-0A87 CHAS- SI9532M52P8MR117293 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	6.250,47
19	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCO- LAR ANO:2020/MODELO:2021 PLACA:QAB-8B20 CHASSI: 9532M5PMR115896 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	6.260,47
20	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D15 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMA- RELA, CHASSI: 953AD5TF6TR009402	7.529,85
21	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEOBUS 8.180E, PLACA: SMG8D68 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMA- RELA, CHASSI: 953AD5TF7TR008145	7.529,85
22	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : FI- AT/STRADA ENDURANCE CS MODELO:2022 / PLACA RWD3F73 -	2.628,59





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

23	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : VW/NOVO VOYAGE 1.6 MODELO:2014/ANO FAB 2013 PLACA: NRZ4A12 RENAVAL: 00593594428	2.739,25
24	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: AGRALE MODELO: MICRO MA100 NEOBUS TPLUS ANO: 2009 / MODELO: 2009 PLACA: HSU-4372 CHASSI: 9BYC552A1A9C000148 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 27P	6.235,60
25	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECONOMY ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: HSH-0954 CHASSI: 9BD15844AB6554403 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.150,48
26	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FORD MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: NRZ-3F94 CHASSI: 9BFZF54P5E8005865 COMBUSTÍVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	2.366,97
27	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: IVECO MODELO: MICRO-ONIBUS CITY CLASS 70C17 ANO: 2015 / MODELO: 2016 PLACA: HSU-8831 CHASSI: 93ZL68C01G8467348 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 22P -	6.143,66
28	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1756 CHASSI: 93PB51G1MCC040604 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	6.644,30
29	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO-ONIBUS VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: NRZ-3F61 CHASSI: 93PB58M1MDC045166 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P	6.734,83
30	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: VOLARE V8L ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1757 CHASSI: 93PB51G1MCC040605 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	6.460,34
31	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8699 CHASSI: 9BM384069FB009267 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P	8.026,14





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

32	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS COMIL OF1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8698 CHASSI: 9BM384069FB009523 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P	8.077,15
33	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2012 / MODELO: 2013 PLACA: NRZ-3I34 CHASSI: 9BM384069DB887434 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P	7.094,25
34	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2014 / MODELO: 2014 PLACA: OOM-6J08 CHASSI: 9BM384069EB951625 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P -	8.602,07
35	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2017 / MODELO: 2017 PLACA: QAB-5061 CHASSI: 9BM384069HB064829 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 56P	7.989,14
36	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW 15.190 EOD ESCOLAR HD ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8G97 CHASSI: 9532E82W8FR519940 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 48P	7.042,57
37	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VW/ 9.150E CUMMINS ANO: 2008 / MODELO: 2009 PLACA: GXA-8G37 COMBUSTÍVEL: 9BWGA62R69R905464 CAPACIDADE 03P -	4.953,08
38	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA:FIATCRONOS, ANO:2023/ MODELO:2022 PLACA RWC-5A68 CHASSI:8AP359AFDNU198629 COMBUTIVEL: FLEX -	2.639,95
39	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS, PLACA: RWH0H10, ANO.2023 MOD. 2023 CHASSI: 9BD281A2DPYY50263	2.644,45
40	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: FIAT SIENA, PLACA: NRZ3595, ANO.2013 MOD. 2014 CHASSI: 9DB372171E4036565 -	2.353,74





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

41	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: RENAULT/LOGAN ZEN10MT, PLACA: RWG-5A71, ANO.2022 MOD. 2023CHASSI: 93Y4SRT55PJ328671	2.413,27
----	---	----------

Com base na planilha de médias obtidas por veículo, chegou-se ao valor global estimado de: **R\$ 220.168,44** (duzentos e vinte mil cento e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

A escolha do menor preço global justifica-se pela necessidade de uniformidade e padronização das condições de seguro aplicáveis à totalidade da frota municipal, garantindo isonomia, economicidade e eficiência na gestão contratual, bem como pela indivisibilidade técnica e operacional do objeto, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

A licitação seguirá as disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais normas complementares aplicáveis, assegurando ampla competitividade, transparência e igualdade de condições entre as licitantes participantes.

### **10.2. FORMA DE FORNECIMENTO/REGIME DE EXECUÇÃO**

O fornecimento será conforme a solicitação de cada secretária participante deste processo, referentes aos veículos participantes do processo, conforme autorização de fornecimento ou pedido de empenho.

### **10.3 DAS EXIGÊNCIAS**

#### **Habilitação Jurídica**





## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- e) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- g) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- h) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Habilitação Técnica**

Para fins de habilitação técnica, e em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter executado, de forma satisfatória, serviços de seguro veicular com características, quantidades e complexidade compatíveis com o objeto desta licitação.

O atestado deverá conter, no mínimo:

- Identificação do emitente, com CNPJ e assinatura de responsável legal;
- Descrição detalhada dos serviços prestados (seguro veicular total, incluindo cobertura compreensiva, RCF-V e assistência 24h);
- Período de execução e resultados obtidos;
- Comprovação de que o serviço foi executado em condições satisfatórias, sem registro de inadimplemento ou penalidades contratuais.

Serão aceitos atestados emitidos por entes públicos ou privados, desde que comprovem experiência compatível com o porte e a complexidade da frota segurada. O atestado deverá estar acompanhado da certidão ou declaração do responsável técnico da contratante (quando se tratar de órgão público), podendo ser exigida verificação de autenticidade junto ao emitente.

## **11. DO REAJUSTE**

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

11.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será diri-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

gido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. OBRIGAÇÕES**

### **São obrigações do Contratante:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Termo, Contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Decidir, de modo explícito, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;
- i) Responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apura-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

ção de descumprimento de cláusulas contratuais;

k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:**

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencham as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

Bodoquena, 04 de fevereiro de 2026.

O presente termo de referência foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

**Elaborado por:**

---

Flavio dos Santos  
Assessor de Planejamento  
Estratégico





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

Aprovado por:

---

Gerson Araujo dos Santos  
Secretário Geral de Governo e Gestão





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
GERENCIAMENTO DE RISCO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. OBJETO**

O presente Estudo tem por objeto a análise da viabilidade técnica e econômica para futuro e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR, COM COBERTURA CONTRA COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS A TERCEIROS E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, VISANDO ATENDER À FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BODOQUENA-MS

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

A apresentação da contratação tem como finalidade garantir a proteção patrimonial e a continuidade das atividades operacionais desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Bodoquena/MS, por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, abrangendo cobertura contra colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros e assistência 24 horas para toda a frota oficial do Município.

Os veículos de uso essencial, destinados a ações de saúde, educação, assistência social, transporte escolar, obras e serviços administrativos. Esses veículos realizam deslocamentos diários, muitas vezes em estradas vicinais e em diferentes condições de tráfego, o que os expõe a riscos de acidentes, furtos, danos e sinistros diversos.

A ausência de cobertura securitária implicaria em elevado risco financeiro para o Município, podendo gerar prejuízos ao erário, além de comprometer a prestação de serviços públicos essenciais. Nesses casos, eventuais danos, furtos ou colisões demandariam dispêndios orçamentários imprevistos e imediatos para reparo, substituição ou indenização de terceiros, contrariando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Portanto, a contratação de seguro veicular visa assegurar a proteção dos veículos, minimizar impactos orçamentários decorrentes de sinistros e garantir a pronta reposição ou reparo dos veículos,





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

preservando a regularidade e eficiência das atividades públicas desempenhadas pelo Município.

A medida atende ao interesse público, assegura gestão responsável do patrimônio público e reforça o cumprimento do dever da Administração de adotar instrumentos preventivos de mitigação de riscos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

**3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.**

3.1. O Plano Anual de Contratações Públicas se encontra em elaboração. A efetivação da referida contratação viabilizara os objetivos proposto pela administração, voltados para o atendimento das necessidades da sociedade e a solução de problemas, agregando os conjuntos de ações com objetivos comuns.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART 18, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/21**

**4.1. Da Forma de Solicitação do Objeto:**

O objeto será solicitado pela Secretaria Demandante mediante a emissão de Pedido de Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, conforme o procedimento interno adotado pela Administração Municipal.

A solicitação deverá ser formalizada pela unidade requisitante, contendo a identificação dos veículos segurados, o período de cobertura desejado e demais informações pertinentes à execução contratual, observando-se as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**4.2 Do Local e Prazo de Entrega:**

As apólices de seguro deverão ser entregues para cada secretária demandante, no horário de expediente administrativo, ou enviado em formato digital ao e-mail, que será indicado posteriormente à assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

O prazo máximo para a entrega das apólices é de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura da emissão da Autorização de Fornecimento.

**4.3 Da Vigência:**

A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preços vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

### **4.4 Da Forma do Recebimento:**

O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, conforme disposto nos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021, observando os prazos e responsabilidades a seguir:

- a) O recebimento provisório será efetuado pelo fiscal do contrato, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal e dos demais documentos obrigatórios, mediante a lavratura do Termo de Recebimento Provisório.
- b) O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou por equipe designada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório ou a conclusão das correções que venham a ser determinadas, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Durante o recebimento provisório, caberá à fiscalização verificar a integral conformidade dos serviços com as especificações contratuais, podendo rejeitar total ou parcialmente o objeto quando constatadas irregularidades, falhas ou não conformidades.

A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções provenientes da execução ou dos materiais utilizados, ficando vedado o atestado da última ou única medição até que todas as pendências sejam devidamente sanadas.

O recebimento provisório também ficará condicionado, quando aplicável, à realização de testes de campo e à entrega dos manuais, certificados e instruções exigidos.

Em caso de divergência quanto à execução, qualidade ou quantidade dos serviços, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, procedendo-se à liquidação apenas da parcela incontroversa até a solução definitiva da controvérsia.

Nenhum prazo de recebimento será computado enquanto houver pendências não regularizadas pela contratada ou inconsistências na documentação fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada das responsabilidades civis, ético-profissionais e contratuais pela solidez, segurança e qualidade dos serviços prestados, nos termos da legislação vigente.

### **4.5 Do Prazo para Eventual Substituição:**





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

Os serviços ou itens contratados poderão ser rejeitados total ou parcialmente quando em desacordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na proposta vencedora ou em demais documentos contratuais.

Nessas situações, a contratada será formalmente notificada pela Administração, devendo corrigir, substituir ou refazer o serviço no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para o Município.

O descumprimento injustificado do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

### **4.6 Do Prazo para o Pagamento:**

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **4.7 Da Modalidade Licitatória Recomendada:**

A modalidade licitatória recomendada é o Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global.

Tal escolha fundamenta-se nos arts. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto trata-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, com especificações usuais de mercado.

A utilização do meio eletrônico assegura ampla competitividade, transparência e economicidade, além de estar em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que determina a adoção preferencial dessa forma para a Administração Pública.

### **4.8 Demais Requisitos que se Julgar Necessário para o Objeto:**

- A empresa contratada deverá possuir regularidade junto à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), conforme o Decreto-Lei nº 73/1966;
- As apólices deverão conter cobertura para colisão, incêndio, roubo, furto, danos a terceiros, danos morais, invalidez e morte acidental, além de assistência 24 horas, em conformidade com o que for especificado no Termo de Referência;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- O contrato deverá prever atendimento imediato em caso de sinistros, reboque sem limite de quilometragem, carro reserva e isenção de franquias para vidros, faróis e retrovisores, de acordo com as condições usuais do mercado segurador;

**5. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE– ART18, §1º, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/21**

**5.1 Especificações e Estimativa das Quantidades**

O objeto a ser contratado consiste na prestação de serviços de seguro veicular para atender à frota do Município de Bodoquena/MS, abrangendo veículos vinculados a diversas Secretarias Municipais, conforme especificações constantes nas solicitações de compras a qual integra este Estudo Técnico Preliminar.

As quantidades foram definidas com base no levantamento solicitado por cada secretária participante, considerando:

- os veículos atualmente em constante deslocamento;
- os veículos recentemente incorporados ao patrimônio do Município; e
- a necessidade de cobertura contínua e integral durante todo o exercício.

A planilha de quantitativos discrimina cada veículo, com suas respectivas características:

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	TIPO DE SEGURO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO AGRAL 14000 ANO 2022 PLACA RWB7J47- CHASSI: 9BYC78A2ANC000560	1	Nova Apólice
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2018/18 PLACA: HSU8835 CHASSI: 9BM979026JB109094	1	Nova Apólice
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VW/24.280 CRM 6X2 2019/20 PLACA: QAB6011 CHASSI: 953658248LR004559	1	Nova Apólice
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO VOLKSVAGEM 24.280 2021/22	1	Nova Apólice







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

	PLACA: RWB5F24 CHASSI: 953658249NR051148		
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR ESTRADA ENDURANCE CABINE PLUS 1.4 FLEX ANO 2022 MOD 22 PLACA: RWD2G91 CHASSI: 9BD281A2DNYX59773		Nova Apólice
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO VEÍCULAR CAMINHÃO MERCEDES BENZ ACCELO 815 CE 2021 PLACA: REW5C84 CHASSI: 9BM97026MB211711		Nova Apólice
7	Contratação de seguro Iveco/Masca GRAN Micro 13.0, Placa RWI 4C38 Ano Fab 2023, Ano Mod. 2024, Cor Branco, Chassi 93ZK61BDZR8701806		Nova Apólice
8	Contratação de seguro RENAULT/MASTER PL3 CM A, Placa SMF3F26 Ano Fáb. 2024, Ano Mod. 2025, Cor Branca, Chassi 93YF62005SJ176477		Nova Apólice
9	Contratação de seguro veicular Fiat Argo Trekking 1.3, placa RWI 4H96, Ano Fab.2023 Ano Mod.2023, Cor Branca, Chassi 9BD358AGZPYM77403		Nova Apólice
10	Contratação de seguro veicular Fiat Cronos 1.3, Placa: RWD 9A96 Ano Fab. 2022, Ano Mod. 2022, Cor Prata, Chassi 8AP359ACDNU208574		Nova Apólice
11	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT TORO AT9 4X4, PLACA: REY5E20 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 9882261RHNKE11083		Nova Apólice
12	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR FIAT/ SIENA ESSENCE 1.6, PLACA: HSU8I29 ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2016, COR BRANCA, CHASSI: 9BD19716TG328479		Nova Apólice
13	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MARCOPOLO/ VOLARE V8L ON, PLACA: SMA0E63 ANO FAB. 2023 ANO MOD. 2024, COR BRANCA, CHASSI: 93PB43A32RC099518		Nova Apólice





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

14	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZISPRINTER FURGÃO 314 STR, PLACA: RWA7D68 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907633NE205290	1	Nova Apólice
15	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR MBENZISPRINTER FURGÃO 416 CDI, PLACA: RWB1F03 ANO FAB. 2021 ANO MOD. 2022, COR BRANCA, CHASSI: 8AC907645NE208303	1	Nova Apólice
16	Contratação de seguro veicular Renault/Master Tca (Van) 5.5, placa RWG5A69, ano 2022, Ano Mod. 2023, Cor Branco, Chassi 93YF62003PJ516037	1	Nova Apólice
17	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: RENAULT/SANDERO SZE 16MT ANO:2021/MODELO:2022 PLACA:REZ-6B80 CHASSI:93Y5SRZHGNJ975190 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	1	Nova Apólice
18	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020 ANO:2021 PLACA:QAP-0A87 CHASSI9532M52P8MR117293 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	1	Nova Apólice
19	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW/NEOBUS TH O ESCOLAR ANO:2020/MODELO:2021 PLACA:QAB-8B20 CHASSI: 9532M5PMR115896 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 30P	1	Nova Apólice
20	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEO-BUS 8.180E, PLACA: SMG8D15 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF6TR009402	1	Nova Apólice
21	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR VW/ NEO-BUS 8.180E, PLACA: SMG8D68 ANO FAB. 2025 ANO MOD. 2026, COR AMARELA, CHASSI: 953AD5TF7TR008145	1	Nova Apólice
22	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : FIAT/STRADA ENDURANCE CS MODELO:2022 / PLACA RWD3F73 -	1	Nova Apólice





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

23	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR/ MARCA : VW/NOVO VOYAGE 1.6 MODELO:2014/ANO FAB 2013 PLACA: NRZ4A12 RENAVAM: 00593594428	1	Nova Apólice
24	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: AGRALE MODELO: MICRO MA100 NEO-BUS TPLUS ANO: 2009 / MODELO: 2009 PLACA: HSU-4372 CHASSI: 9BYC552A1A9C000148 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 27P	1	Nova Apólice
25	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FIAT MODELO: UNO MILLE WAY ECONOMY ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: HSH-0954 CHASSI: 9BD15844AB6554403 COMBUSTIVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	1	Nova Apólice
26	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: FORD MODELO: FIESTA SEDAN 1.6 FLEX ANO: 2013 / MODELO: 2014 PLACA: NRZ-3F94 CHASSI: 9BFZF54P5E8005865 COMBUSTÍVEL: FLEX CAPACIDADE 05P	1	Nova Apólice
27	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: IVECO MODELO: MICRO-ONIBUS CITY CLASS 70C17 ANO: 2015 / MODELO: 2016 PLACA: HSU-8831 CHASSI: 93ZL68C01G8467348 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 22P -	1	Nova Apólice
28	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1756 CHASSI: 93PB51G1MCC040604 COMBUSTIVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	1	Nova Apólice
29	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: MICRO-ONIBUS VOLARE VBL 4X4 ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: NRZ-3F61 CHASSI: 93PB58M1MDC045166 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P	1	Nova Apólice
30	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MARCOPOLO MODELO: VOLARE V8L ESCOLAR ANO: 2011 / MODELO: 2012 PLACA: HTO-1757 CHASSI: 93PB51G1MCC040605 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 26P -	1	Nova Apólice





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

31	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: COMIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8699 CHASSI: 9BM384069FB009267 COMBUSTIVEL: DIE- SEL CAPACIDADE 61P	1	Nova Apólice
32	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS CO- MIL 0F1519 ORE ANO: 2015 / MODELO: 2015 PLACA: NRL-8698 CHASSI: 9BM384069FB009523 COMBUS- TÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 61P	1	Nova Apólice
33	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONI- BUS OF 1519 R. ORE ANO: 2012 / MODELO: 2013 PLACA: NRZ-3I34 CHASSI: 9BM384069DB887434 COMBUSTÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P	1	Nova Apólice
34	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2014 / MODELO: 2014 PLACA: OOM-6J08 CHASSI: 9BM384069EB951625 COMBUS- TÍVEL: DIESEL CAPACIDADE 60P -	1	Nova Apólice
35	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: MERCEDES BENZ MODELO: ONIBUS OF 1519 R. ORE ANO: 2017 / MODELO: 2017 PLACA: QAB-5061 CHASSI: 9BM384069HB064829 COMBUS- TIVEL: DIESEL CAPACIDADE 56P	1	Nova Apólice
36	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VOLKSWAGEN MODELO: VW 15.190 EOD ESCOLAR HD ORE ANO: 2015 / MODE- LO: 2015 PLACA: NRL-8G97 CHASSI: 9532E82W8FR519940 COMBUSTÍVEL: DIESEL CA- PACIDADE 48P	1	Nova Apólice
37	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA: VW: VW/ 9.150E CUMMINS ANO: 2008 / MODELO: 2009 PLACA: GXA-8G37 COMBUSTÍVEL: 9BWGA62R69R905464 CAPACIDADE 03P -	1	Nova Apólice
38	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL MARCA:FIATCRONOS, ANO:2023/ MODELO:2022 PLACA RWC-5A68 CHASSI:8AP359AFDNU198629 COMBUTIVEL: FLEX -	1	Nova Apólice





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

39	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO FIAT STRADA ENDURANCE CS: , PLACA: RWH0H10, ANO.2023 MOD. 2023 CHASSI: 9BD281A2DPYY50263	1	Nova Apólice
40	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: FIAT SIENA , PLACA: NRZ3595, ANO.2013 MOD. 2014 CHASSI: 9DB372171E4036565 -	1	Nova Apólice
41	CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR TOTAL VEÍCULO: RENAULT/LOGAN ZEN10MT, PLACA: RWG-5A71, ANO.2022 MOD. 2023 CHASSI: 93Y4SRT55PJ328671	1	Nova Apólice

**5.2 Comparativo das quantidades com a última Contratação:**

<b>ÚLTIMA CONTRATAÇÃO (PREGÕES 106 e 55 de 2023)</b>	<b>QUANT. SOLICITADA- 2025</b>
69	41

Justificativa das Alterações de Quantidades

A variação no quantitativo de veículos segurados — passando de 69 na contratação anterior para 41 na presente demanda decorre de um ajuste técnico e administrativo realizado pelas secretárias, com base no levantamento atualizado.

As principais razões para essa alteração são:

- Baixa patrimonial, alienação e substituição de veículos antigos, que foram desativados por desgaste natural ou inviabilidade de manutenção;
- Adequação da cobertura apenas aos veículos ativos e operacionais;
- Inclusão de novos veículos adquiridos em 2024 e 2025, provenientes de programas federais e recursos próprios;
- Racionalização de custos, evitando despesas com veículos inativos e otimizando os recursos públicos disponíveis para a contratação.

A metodologia adotada para definição dos quantitativos foi baseada em:

1. Levantamento dos veículos em constante deslocamento, validado pela secretária responsável;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

2. Inclusão de novos veículos adquiridos e já incorporados ao patrimônio.

Essa definição assegura coerência entre a necessidade real e a capacidade orçamentária, além de garantir que a contratação mantenha abrangência total da frota ativa, com cobertura suficiente para mitigar riscos patrimoniais e operacionais, conforme o princípio da eficiência e economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO – ART. 18, § 1º, INCISO V, DA LEI Nº 14.133/21

A partir dos estudos e análises realizadas, verificou-se que o mercado nacional dispõe de diversas empresas seguradoras e corretoras devidamente habilitadas e aptas a ofertar serviços de seguro veicular com cobertura ampla, adequada e compatível às necessidades da Administração Pública Municipal.

O levantamento de mercado teve como objetivo identificar as alternativas existentes, avaliar metodologias de contratação utilizadas por outras administrações públicas e comparar soluções e custos disponíveis no setor securitário, visando à escolha mais vantajosa para o Município de Bodoquena/MS.

Solução 1 – Contratação de empresa especializada em seguro veicular por meio de Pregão Eletrônico

A solução de mercado identificada como mais viável, eficiente e economicamente vantajosa consiste na contratação de empresa seguradora, por meio de Pregão Eletrônico, para prestação de serviços de seguro total (cobertura abrangente).

As seguradoras pesquisadas ofertam cobertura padrão de mercado, contemplando:

- Colisão, incêndio, roubo e furto total ou parcial;
- Danos materiais, corporais e morais a terceiros;
- Assistência 24 horas, incluindo reboque, socorro mecânico, chaveiro e carro reserva;
- Cobertura para vidros, faróis e retrovisores sem franquia;
- Extensão de cobertura para condutores autorizados pela Administração.

A análise mercadológica demonstrou que há concorrência efetiva entre seguradoras, permitindo ampla disputa e obtenção de preços competitivos, bem como flexibilidade contratual para atender às peculiaridades dos veículos do município, participantes deste processo.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

Verificou-se também que a contratação unificada via pregão eletrônico é a prática mais adotada por outras prefeituras e órgãos públicos, por garantir padronização das apólices, simplificação da gestão contratual e melhor aproveitamento econômico pela contratação global de maior volume de veículos, o que resulta em melhores taxas de prêmio.

**Conclusão do Levantamento**

Diante das alternativas pesquisadas e considerando o comportamento do mercado segurador, conclui-se que a contratação de empresa especializada mediante Pregão Eletrônico representa a solução mais adequada, segura e vantajosa para a Administração Municipal, por reunir:

- Viabilidade técnica, em razão da ampla disponibilidade de seguradoras;
- Vantajosidade econômica, pela possibilidade de competitividade e redução dos prêmios em função do volume contratado;
- Segurança jurídica, por estar plenamente alinhada aos princípios e dispositivos da Lei nº 14.133/2021.

Assim, o levantamento de mercado demonstra que a forma de contratação proposta atende às necessidades do Município, sendo tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente eficiente, conforme os critérios do art. 18, § 1º, V, da Lei nº 14.133/2021.

**7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, INCISO VI, DA LEI Nº 14.133/21**

7.1. A estimativa de valores para esta contratação é de 138.328,58 a presente estimativa foi auferida com base nos últimos pregões em anexo ao processo, Pregão eletrônico 55 e 106 de 2023.

7.2. Os valores levantados foram estimados com base nos possíveis itens que atenderão ao descritivo quando o Termo de Referência for elaborado. Como o momento do levantamento de valores ainda é estimado, os valores apresentados são apenas especulativos, por não ser realizado pelo setor especializado e por ainda não haver, de forma conclusiva, as especificações detalhadas dos serviços. Deste modo, não deve ser considerado de forma absoluta, mas sim como um dimensionamento do valor para fins exclusivamente de análise de viabilidade financeira da contratação.

7.3. Assim, o valor oficial, de acordo com as especificações, será definido durante a fase de Pesquisa de Preços elaborada pelo departamento competente e especializado







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

**8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO – ART. 18, § 1º, INCISO VII, DA LEI Nº 14.133/21**

Diante das alternativas disponíveis no mercado segurador e considerando os riscos inerentes à operação da frota municipal, conclui-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, por meio de pregão eletrônico, com cobertura ampla e condições que assegurem a proteção integral dos veículos oficiais pertencentes às diversas Secretarias do Município.

A solução adotada compreende a contratação de seguro total (cobertura abrangente), incluindo colisão, incêndio, roubo, furto, danos materiais e corporais a terceiros, danos morais, invalidez permanente, morte acidental e assistência 24 horas, com extensão de carro reserva, guincho sem limite de quilometragem e cobertura para vidros e retrovisores sem franquia, garantindo a imediata continuidade das atividades administrativas e operacionais da Prefeitura.

Do ponto de vista técnico, a contratação centralizada, abrangendo toda a frota municipal, permite:

- Padronização das coberturas, cláusulas e limites de indenização;
- Controle unificado das apólices e vencimentos, facilitando a gestão de riscos e a fiscalização contratual;
- Redução de tempo e retrabalho administrativo, evitando múltiplos processos licitatórios para cada secretaria.
- Sob o aspecto econômico, a solução apresenta vantajosidade e racionalidade de custos, uma vez que:
- Possibilita economia de escala, com melhores condições de prêmio em função do volume de veículos segurados;
- Evita despesas imprevistas e onerosas decorrentes de sinistros não cobertos, assegurando previsibilidade orçamentária;
- Reduz o impacto financeiro de eventuais perdas materiais, protegendo o patrimônio público e garantindo responsabilidade fiscal.

O contrato incluirá obrigação de assistência técnica permanente da seguradora, atendimento 24 horas e responsabilidade integral pela execução dos serviços contratados, conforme prazos e condições previstos no Termo de Referência.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Em síntese, a solução definida é tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente segura, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão responsável de riscos, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**9. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/21**

( ) A aquisição do objeto estudado se dará de forma parcelada, na intenção de melhor oportunizar a participação de um maior número possível de empresas interessadas e assim fomentar a concorrência.

**(X) A contratação do objeto não será parcelada, considerando prejuízos para o município em relação à economia de escala e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, inclusive intentando a facilitação da fiscalização pela incidência de um só plano.**

**10. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Considerando a natureza do objeto e a necessidade de assegurar a contratação de fornecedores aptos a executar integralmente as obrigações, faz-se necessária, em momento oportuno (TR e edital), a definição de requisitos de habilitação, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

Tais exigências têm o propósito de mitigar riscos relacionados à inexecução contratual, garantir a capacidade operacional mínima do futuro contratado e assegurar que a empresa possua condições financeiras e técnicas compatíveis com a complexidade do objeto.

A exigência de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional se justifica pela necessidade de que o fornecedor possua experiência comprovada em serviços/fornecimentos similares, assegurando a adequada execução do contrato.

A qualificação econômico-financeira será necessária para demonstrar a saúde financeira da empresa e sua capacidade de suportar obrigações contratuais durante toda a vigência do ajuste, reduzindo riscos de paralisação ou abandono.

Os requisitos específicos serão definidos no Termo de Referência e no edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se a pertinência, proporcionalidade e vedação à excessividade, de modo a não restringir indevidamente a competitividade.”





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**11. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – ART. 18, § 1º, INCISO IX, DA LEI Nº 14.133/21**

O objeto estudado, nos termos propostos e devidamente justificados neste Estudo Técnico Preliminar, apresenta melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, assegurando eficiência operacional e redução de riscos para o Município de Bodoquena/MS.

Com a contratação dos serviços de seguro veicular com cobertura ampla, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Proteção dos veículos em constante deslocamento, mitigando riscos decorrentes de colisões, incêndios, furtos, roubos e danos a terceiros;
- Redução de custos imprevistos com reparos, indenizações e reposição de veículos sinistrados, assegurando previsibilidade orçamentária e responsabilidade fiscal;
- Continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais, evitando paralisações de veículos utilizados nas áreas de saúde, educação, assistência social, transporte e infraestrutura;
- Gestão unificada das apólices, proporcionando maior controle administrativo e facilidade na fiscalização contratual, além de padronização de coberturas e procedimentos de sinistro.

Em síntese, o resultado pretendido é a proteção eficiente do patrimônio público, a otimização dos recursos financeiros e a melhoria da gestão de frotas, garantindo que a Administração Pública atue de forma preventiva, eficiente e sustentável, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os do planejamento, economicidade, eficiência e interesse público.

**12. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO – ART. 18, § 1º, INCISO X, DA LEI Nº 14.133/21**

**(X) O objeto estudado não requer adequações do ambiente do órgão.**

**( ) O objeto estudado requer as adaptações para a sua correta e eficiente operacionalização.**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES – ART. 18, § 1º, INCISO XI, DA LEI Nº 14.133/21

**(X) O objeto ora estudado não exige contratação correlata para a sua imediata operacionalização.**

( ) O objeto ora estudado exige contratação correlata para viabilizar a sua instalação, manutenção, assistência técnica ou operacionalização, que ocorrerá através de processo em andamento ou a ser formalizado.

14. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO - ART 18, § 1º, INCISO XII DA LEI Nº 14.133/21

( ) Para a presente contratação não se verificam impactos ambientais passíveis de registro.

**( X ) Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações pontuadas a seguir para combater/diminuir os efeitos:**

**A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.**

15. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, INCISO XIII, DA LEI Nº 14.133/21

Com base nos estudos ora realizados por esta Equipe, **DECLARA** que:

**(X) É VIÁVEL a contratação proposta pela unidade requisitante.**

( ) NÃO É VIÁVEL a contratação proposta pela unidade requisitante.

**16. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS**

FASE DE ANÁLISE			
(X) Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores			
( ) Gestão do Contrato			
RISCO01			
Probabilidade:	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

Id	<b>Dano</b>		
I.	<b>Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações</b>		
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
I.	1. Elaboração do planejamento da contratação consultando Soluções similares em outros órgãos 2. Consultar processos anteriores do órgão	Equipe de planejamento	
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
I	1. Verificar o meio legal mais célere possível, para que o trabalho da Administração não seja prejudicado, em face da falta do serviço.	Equipe de planejamento / setor licitação.	
<b>RISCO02</b>			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input checked="" type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>		
I.	<b>Valores superiores aos estimados para a contratação dos serviços</b>		
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
I.	1. Elaborar a formação de preços, consoante art. 23 da Lei nº 14.133/21	Equipe de planejamento/setor de compras	
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
I	1.Descartar valores superfaturados e/ou inexequíveis, refazendo a formação de preços.	Equipe planejamento-de to/setor de compras	
<b>FASE DE ANÁLISE</b>			
<input type="radio"/> Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores			
<input checked="" type="radio"/> Gestão do Contrato			
<b>RISCO 01</b>			





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input checked="" type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>		
I.	<b>Atraso na Execução de Serviço</b>		
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
I.	1. Fiscalização por parte do fiscal de contrato designado.	Fiscal do Contrato	
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
I	1. Notificação da empresa para esclarecimentos; 2. Aplicação da penalidade.	Fiscal do Contrato	
<b>RISCO02</b>			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input type="radio"/> Média	<input checked="" type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>		
I.	<b>Ineficiência da prestação do serviço</b>		
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
I.	1- Fiscalização por parte do fiscal designado e detalhar a especificação do serviço em termo de referência/contrato.	Fiscal do Contrato	
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
I	1- Notificação da empresa para prestar esclarecimentos; 2- Aplicação de penalidades.	Fiscal do Contrato	
<b>RISCO 03</b>			
Probabilidade:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:	<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>		





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

I.	<b>Serviço em desacordo com o solicitado</b>			
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		
I.	1- No caso de a contratada não prestar o serviço acordado, esta deverá ser notificada para prestar esclarecimentos, e a contratante deve exigir que o serviço esteja em consonância como apontado em termo de referência/contrato.	Fiscal do Contrato		
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>		
I	1-Caso não seja fornecido o resultado, aplicação de Penalidade prevista em contrato.	Fiscal do Contrato		
<b>RISCO 04</b>				
Probabilidade:		<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:		<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>			
I.	<b>Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato.</b>			
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		
I.	1. Exigir da contratada profissional certificado; 2. Aplicação de penalidade	Fiscal do Contrato		
Id.	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>		
I	1.Exigir a troca do profissional	Fiscal do Contrato		
<b>RISCO 05</b>				
Probabilidade:		<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Impacto:		<input type="radio"/> Baixa	<input checked="" type="radio"/> Média	<input type="radio"/> Alta
Id	<b>Dano</b>			
I.	<b>Vazamento de dados e informações pelos funcionários da contratada</b>			
Id	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

I.	1. Exigir que a contratada assine termo de confidencialidade	Fiscal do Contrato
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
I	1. Aplicação de penalidade; 2. Ação judicial	Fiscal do do Contrato/Gestor contrato

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela equipe responsável pelo planejamento no Município de Bodoquena:

Bodoquena-MS, 16 de janeiro de 2026.

---

Gleice Kelly de Souza Araripe  
Gerente de Gestão Administrativa  
Gestão

---

Gerson Araujo dos Santos  
Secretário Geral de Governo e





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX  
PREGÃO ELETRONICO Nº XX/XXXX**

O Município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede no endereço Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Bandeira II, na cidade de Bodoquena/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.465.016/0001-47, neste ato representado(a) pelo Sr. XXX, , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/202XX, publicada diário oficial do assomasul no dia XX/XX/202X, processo administrativo n.º XXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 08, de 02 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**DO OBJETO**

- 1.2. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de XXXXX, especificado no Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )				
X	Especificação	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Valor Un	<i>Valor Total</i>





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preços vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

1.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

1.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

1.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

1.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 1.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 1.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.
- 1.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do órgão e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 1.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 1.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 1.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 1.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 1.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 1.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

### **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

1.11. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 1.11.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 1.11.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 1.11.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

1.12. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 1.12.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 1.12.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 1.12.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.13. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 1.13.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 1.13.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1.19, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 1.13.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 1.21, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 1.13.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 1.13 e no item 1.13.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 1.13.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 1.14. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.
- 1.15. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 1.15.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
- 1.15.2. Entre os participantes de processo de compra centralizada.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 1.16. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 1.17. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 1.18. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 1.16, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 1.19. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 1.19.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 1.19.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 1.19.3. Não aceitar manter seu preço registrado
- 1.19.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 1.20. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 1.19 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 1.21. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 1.21.1. Por razão de interesse público;







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 1.21.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 1.21.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

**DAS PENALIDADES**

- 1.22. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
- 1.23. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 1.24. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**2. EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 2.1. Os itens licitados serão recebidos no prazo e condições estabelecidas no termo de referência em anexo neste processo;

**CONDIÇÕES GERAIS**

- 2.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.
- 2.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em XX (XX) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ANEXO III**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**

**Termo De Contrato Administrativo Nº XX/XXXX**

**Processo Administrativo Nº XX/XXXX**

**Pregão Nº XX/XXXX**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FA-  
ZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODO-  
QUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA XXXXXX E  
A EMPRESA XX/XXXX**

**O MUNICIPIO DE BODOQUENA**, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de di-  
reito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.465.016/0001-47, com sede na Av.  
Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Centro, por intermédio das SECRETARIAS  
XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Jurídica de direito  
privado XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representa-  
do pelo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no  
**Processo nº XX/XXXX** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decor-  
rente da XXXXX Nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

2.4. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. nas condições esta-  
belecidas no Termo de Referência.

2.5. Objeto da contratação:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Item	Especificação	Qtde	Unidade de Medida	Valor Unit	Valor Total
TOTAL					

2.6. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.6.1. O Termo de Referência;

2.6.2. A Proposta do contratado;

2.6.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.7. A contratação terá validade de XXXXXXX, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado ou prorrogado.

2.7.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo a negociação com o contratado.

2.7.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

2.8. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

2.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

2.10. **O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

2.11. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.12. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

2.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal, conforme Termo de Referência.

2.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

2.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.16. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

2.18. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

2.19. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.21. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- 2.22. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 2.23. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 2.24. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.25. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- a) São obrigações do Contratante:
- b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.

Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;





## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencham as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;
- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

2.26. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.087 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

2.27. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.28. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1. Por atraso injustificado no cumprimento do contrato de fornecimento:
  - 1.2 de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, por dia atraso, até décimo quinto dia;
  - 1.3 de 10% (dez por cento) por recusa injustificada em receber ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente em 05 (cinco) dias contados da notificação, incidente sobre o valor contratual
- 2.29. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 2.30. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.30.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 2.30.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 2.30.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 2.31. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 2.32. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

2.33. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

2.34. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.35. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

2.36. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

2.37. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

2.38. As multas previstas neste contrato não impedem que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

2.39. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

2.40. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.40.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

2.40.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

2.40.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2.41. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

2.41.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2.41.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

2.41.3. Indenizações e multas.

2.42. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

2.43. O contrato poderá ser extinto:

2.43.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

2.43.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

2.44. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento correspondente consignado nos seguintes elementos de despesa, na dotação abaixo discriminada:

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

13.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

2.45. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

2.46. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2.47. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

2.48. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

2.49. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

2.50. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

2.51. Fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**Bodoquena – MS, XX de XXXXX de XXXX.**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

XXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal deXXXXXXXX – Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunhas:

1)

CPF: CPF

2)

